

GT4. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Priscila Ferreira Ramos Dantas - UFRN ¹
Nadia Kalliny Joaquim dos santos - UFRN ²

INTRODUÇÃO

Analisando o atendimento escolar das pessoas com deficiência intelectual no Brasil, observamos que essas pessoas sofreram inúmeras formas de preconceito (e, infelizmente, ainda hoje sofre), sendo concebidas como inválidas e sem utilidade, foram deixadas à margem da sociedade e excluídas das escolas regulares. Vítimas da diferença dos “ditos normais” sua educação se deu em instituições de reabilitação segregadas cuja rigidez metodológica, objetivava mais controlar que ensinar.

Havia então dois sistemas educacionais, um para alunos “normais” e um especial para aqueles com alguma deficiência, fosse física, sensorial ou intelectual. A formação das salas especiais, não surgiu por razões humanitárias, mas sim devido às crianças, com necessidades educacionais especiais, não serem bem vindas, nas salas de aula das escolas públicas regulares. A partir do século XX se intensificou movimentos por parte da sociedade exigindo mudanças no atendimento das pessoas com deficiência, sendo incentivado que deveriam estudar juntos aos alunos sem deficiência. Com a valorização dos direitos humanos e a veiculação dos conceitos de igualdade e oportunidades para todos os indivíduos surge o paradigma da integração escolar.

A partir daí, passa a não ter mais razão o atendimento educativo separado, ou seja, o dualismo educacional (ensino regular/ensino especializado). Desta forma, o aluno com deficiência intelectual passa a ter acesso à escola regular, mas os mesmos tinham a obrigação de se adaptar à escola. Os que não conseguissem se adaptar (a maioria) eram encaminhados a instituições especializadas e aqueles mais prejudicados pela deficiência permaneciam em casa. Nesse sentido, Mantoan (1997, p.8) afirma que ,

[...] é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém nada se questiona do esquema em vigor.

Na década de 90 o sistema de ensino no país viu-se cada vez mais envolvido com as recomendações de organismos internacionais relativos à educação inclusiva, no sentido de que todas as escolas estivessem preparadas para receber a todos os alunos, inclusive os que apresentassem algum tipo de deficiência (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Trata-se, portanto, de uma prática de inserção plena na sociedade, na qual todas as pessoas têm direito a exercer sua cidadania, segundo os princípios de dignidade e direitos

¹ Mestra em Educação
Email: cchla_ramos@hotmail.com

² Especialista em educação
Email: kalliny2004@hotmail.com

humanos. Esse ideário tem como princípio a concepção de que a pessoa com necessidades educacionais especiais tem direito a ter a mesma educação de qualidade que qualquer pessoa.

A construção de um sistema inclusivo resulta de um movimento para assegurar a todos os cidadãos, inclusive aqueles com deficiência intelectual, a possibilidade de aprender e de conviver dignamente numa sociedade diversificada. Desta maneira, a educação inclusiva se configura como um paradigma que compreende a educação como um direito humano fundamental. (MARTINS, 2002).

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é o primeiro passo para a permanência na escola e o acesso ao conhecimento, em busca de uma sociedade justa e igualitária.

No entanto, ao mesmo tempo em que a legislação garante que a escola deve receber e matricular todos os alunos que a procuram, não são propiciadas condições para que estes alunos sejam inseridos e permaneçam, com qualidade, na escola.

Pelo que podemos inferir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular não depende só de uma legislação que garanta o seu acesso a este estabelecimento.

Quando pensamos na proposta inclusiva vem logo a mente o professor que é um dos principais personagens deste processo, pois é ele quem organiza a prática pedagógica, possibilitando a aprendizagem dos alunos como agente mediador.

Podemos considerar que o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor da classe regular. Para que o professor responda as necessidades de aprendizagem diferenciadas dos seus alunos e possa propor um ensino aprendizagem que leve em consideração as especificidades dos mesmos, este profissional precisa ter uma formação e capacitação que o proporcione conhecimentos teórico, metodológicos e técnicos que os habilite a atender as necessidades dos alunos.

Compreendemos, então que os docentes devem possuir uma formação profissional direcionada para a diversidade de seus alunos. Nesta perspectiva, indagamos: O professor do ensino regular está preparado para atender a diversidade do alunado? Quanto à formação, quais os desafios se apresentam aos professores no campo de atuação docente? Os professores que tem uma formação continuada estão melhor preparados para lecionar para alunos com deficiência?

Decidimos verificar o que pensam os professores que atuam com a inclusão educacional da criança com Deficiência Intelectual, pois ouvir e respeitar os pontos de vista dos educadores é o primeiro passo para um trabalho de qualidade, que garanta tanto seu crescimento profissional e pessoal, quanto o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, uma vez que estaremos compreendendo-os e auxiliando-os neste processo de inclusão.

2. Método

Para realização desta pesquisa, utilizamos uma metodologia de cunho qualitativo, mediante um Estudo de caso, realizado em uma escola regular de Ensino Fundamental da Cidade de Parnamirim/RN. O estudo foi realizado no ano de 2010.

As informações foram coletadas a partir de instrumentos metodológicos como observação, questionário e entrevistas, no intuito de saber quais as concepções dos educadores quanta a sua formação para lecionar em turmas inclusivas. Dentre os questionamentos que serviram para compreender as concepções dos professores e serviram de norte foram: Você se sente preparada para atuar, numa perspectiva inclusiva, com crianças que tem deficiência

intelectual? Por quê? Você recebeu, durante a sua formação inicial, alguma orientação sobre como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Existe algum tipo de dificuldade para trabalhar com um aluno com deficiência intelectual em decorrência da sua formação inicial? A formação contínua prepara melhor o professor para atuar numa turma inclusiva?

2.1 Participantes

As 03 professoras envolvidas nesta pesquisa compõem o quadro de professoras de uma instituição pública de ensino e atuavam em classes do 1º ao 5º ano, que correspondem ao Ensino Fundamental I.

Quadro 1- Perfil das professoras entrevistadas, com relação ao sexo, Nivel de escolaridade, tempo de atuação, curso e série que atua .

Prof ^a .	Sexo	Nível de Escolaridade	Tempo de atuação	Curso	Série em que atua
P1	Fem.	Superior completo	5 anos	Pedagogia	1º ano
P2	Fem.	Superior completo	8 anos	Pedagogia	2º ano
P3	Fem.	Superior completo	25 anos	Geografia	5º ano

Fonte: organizado pela pesquisadora

Tomando por base essas informações e no que diz respeito as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 no título VI que trata da atuação dos professores para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental evidencia-se que P1e P2 estão cumprindo as determinações desta lei, já que conforme denota a tabela acima, possuem formação superior para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, observa-se que P3, professora do 5º ano, tem o curso superior na área de Geografia que é Licenciatura para trabalhar do 6º ao 9º ano.

As três professoras já tiveram em suas salas de aulas alunos com deficiência e no ano de 2010 apenas a professora P2 tinha em sua sala aluno com deficiência intelectual.

3. Resultados

A proposta da inclusão de alunos com deficiência intelectual nas classes regulares representa um desafio para a prática dos professores e vem provocando certo desconforto para os mesmos, pois eles foram preparados para trabalhar com alunos que “aprendem” um “aluno ideal”, aquele que é disciplinado, que faz sucesso e que, portanto, corresponde aos ideais da escola a qual faz parte. Ao se deparar com um aluno que tem deficiência, os professores sentem-se despreparados para lidar com ele. Sendo assim, a proposta inclusiva tem suscitado vários debates em relação à formação do professor, uma vez que se acredita que a oferta de uma educação de qualidade para todas as crianças, independentes de suas diversidades, implica em instrumentalizar os professores com informações específicas acerca das necessidades de qualquer aluno. No entanto, o que se percebe e o que foi constatado por diversos estudos é que a maioria dos professores em exercício desempenham suas atividades

pedagógicas, a partir de precária formação recebida, tanto dos cursos de magistério, em nível médio, quanto nos cursos superiores. Segundo Carvalho (2004, p.27),

Os professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial.

Esta situação é facilmente verificável através de inúmeras queixas veiculadas pelas professoras pesquisadas, na escola campo de nossa pesquisa:

- Eu não considero que se tem uma formação adequada..., né? O curso é rápido e vimos apenas alguns termos, mas na prática pouco fica. Temos que nos virar literalmente. E isso nos deixa sem saber o que fazer e com medo da situação (P1)

-Em nossa formação aprendermos a lidar com turmas homogêneas, apesar de sabermos que os alunos são diferentes, mas não é uma diferença gritante como lecionar para alunos com deficiência intelectual. (P2)

-A nossa formação quanto a educação especial é muito superficial. Poucas coisas são vistas e mesmo assim é de forma simplificada. (P3)

Percebemos que o educador é colocado numa situação delicada, na qual, ao mesmo tempo em que precisa integrar e ajudar a criança a se desenvolver, mesmo sem ter recebido uma formação que o de subsídio, tem que confrontar seus medos, anseios e desenvolver sua prática para contribuir com o andamento de sua turma.

Em nossa pesquisa ficou evidente que o problema vivido pelos professores fica mais complicado e tende a aumentar à medida que eles se deparam com aquele aluno que apresenta deficiência intelectual, uma vez que os educadores insistem que a sua formação inicial não contemplou aspectos referentes a tais alunos. Sobre o desafio da inclusão do deficiente intelectual, Mitter (2003, p.185) fala que,

Os professores são positivos sobre a inclusão da criança com comprometimento sensorial ou físico do que as dificuldades de aprendizagem graves.

A maioria dos professores acredita que uma das dificuldades da inclusão do aluno com deficiência intelectual em relação à formação que eles tiveram, diz respeito à falta de conhecimento sobre a deficiência, principalmente referente ao diagnóstico para conhecer melhor os alunos e saber aplicar métodos e técnicas específicas para sua aprendizagem escolar. Acreditamos, porém, que o professor não deve se basear apenas num diagnóstico médico, para que ele não pense que aquele aluno – por ser deficiente intelectual – não vai aprender.

As informações sobre a deficiência é importante não com o objetivo de rotular, estigmatizar, generalizar os alunos com deficiência intelectual, mas com o objetivo de compreender para intervir de forma significativa.

É com base no conhecimento da história clínico e do processo de desenvolvimento da criança que tem deficiência intelectual, das causas e das características típicas dessa deficiência e das possibilidades de educabilidade que os professores podem desenvolver um ensino pautado nas possibilidades dos educandos contribuindo para uma efetiva aprendizagem e desenvolvimento de competências garantindo, assim, uma inclusão efetiva.

Para que o professor possa ser capaz de refletir e criticar sua própria prática, ter habilidades e criatividade no ensino, assim como, conhecimento e informações sobre as especificidades dos alunos se faz imprescindível uma formação que o ajude a enfrentar desafios que venham a surgir em sua caminhada. Como afirma Martins (2006, p.86)

É evidente que o processo de inclusão exige do educador um lastro de formação que lhe permite ter consciência e clareza das problemáticas com que se defronta na escola.

O trabalho de qualificação dos educadores é fundamental para concretizar essa nova escola. Infelizmente, a maioria dos profissionais da educação não está preparada para colocar em prática os princípios da inclusão. Para isso, é preciso capacitar o professor para entender o aluno com suas necessidades específicas e não encará-las como algo que inferiorize o ser humano.

Em nossa pesquisa, as professoras deixaram registrado os seus anseios, dizendo o que realmente lhes causa receio na inclusão do aluno com deficiência intelectual, como podemos acompanhar nos fragmentos de discurso transcritos abaixo:

Não é dada uma boa formação para se trabalhar com o aluno que tem deficiência. O currículo de graduação não dá condições para que o futuro educador é... trabalhe com os alunos especiais, e tenha essa visão. O conteúdo é pouco e não supre as necessidades do educador, como futuro educador, deixa a desejar. Só se for buscar em livros em bibliografias, livros e outros pontos pra sanar essas lacunas se não o professor não tem condições de fazer um trabalho bem direcionado para esses alunos (P1).

Na verdade, há um desgaste físico e emocional muito grande, uma vontade de desistir por que não estamos preparados e, na grande maioria das vezes, o próprio aluno com deficiência intelectual também não está. É uma situação muito difícil, sabe? (P2)

É como eu já disse, não tivemos informações específicas em nossa formação. Eu no dia a dia não sei, por exemplo, que tipo de atividade devo fazer com esses alunos (P3).

Percebemos, nessas falas, um desabafo das professoras em relação à falta de capacitação das mesmas para trabalharem na perspectiva da inclusão e um apego a uma visão ultrapassada, de que o aluno é que tem que se adaptar a classe.

Diante da fala de P3 percebemos que os professores, ainda, tem a concepção de que deve ser feita uma atividade diferenciada para os alunos que tem deficiência intelectual. Por não conseguir planejar atividades que compreenda todos os alunos as professoras acreditam que apenas ao realizar uma atividade individual com o educando estará desenvolvendo a sua capacidade cognitiva e incluindo-o na sala de aula, mas o que acontece é que, na maioria das vezes, essa atividade é de caráter repetitivo, sem significado nenhum para o aluno com deficiência intelectual, como por exemplo, atividades de decorar famílias silábicas, colorir desenhos mimeografados para treino motor, decorar as cores, entre outras. Ou seja, são conteúdos acadêmicos sem funcionalidade e sem nenhuma relação com a vida do educando ou com as atividades desenvolvidas na classe com os demais alunos. Quanto a essa prática, Carvalho (2004, p.14), explica que,

[...] inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência / e ou dificuldades de aprender. Os alunos

aprendem nos seus limites e se o ensino for, no caso, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Os professores demonstram ter muitas dúvidas e angústias quanto a prática pedagógica com os alunos que tem deficiência intelectual. Essas limitações pessoais e profissionais têm levado a não aceitação do educando.

Diante das revelações das professoras quanto a falta ou quase inexistente teoria/prática na formação inicial dos professores sobre alunos com deficiência, percebemos que é importantíssima a implementação e ampliação de disciplinas na formação docente, porém esta não deve ocorrer de maneira inexpressiva. É necessário que as disciplinas tenham carga horária maior e contemplem a ação pedagógica com os diversos tipos de alunos com necessidades educacionais especiais; que haja investimento em livros na área, para possibilitar a pesquisa; que haja maior possibilidade de estágios e de visitas às escolas especiais, bem como a escolas que trabalham com a inclusão. Também é preciso que nas disciplinas, como Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação e Filosofia da Educação, entre outras, sejam considerados e estudados a parte histórica, de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Essa afirmação é confirmada em Carvalho (1998, p.153) quando diz que considera urgente a revisão dos currículos dos cursos de formação de professores, tanto dos cursos de Pedagogia como nas Licenciaturas para que possam conter,

[...] disciplina sobre a educação especial e inserir, nas demais disciplinas, conteúdos e prática de ensino que contemplem os alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante dessas considerações, acreditamos que os currículos dos cursos de licenciatura devem ser revistos, pois, para contemplar as exigências do atendimento à diversidade do alunado, as universidades são chamadas a reorganizem seus programas curriculares, pesquisando, estudando e, revisando estratégias e conteúdos de formação, a fim de melhor prepararem os futuros professor para a atuação em classe regular com todos os alunos.

Pensamos que, se assim não ocorrer, a formação dos professores para atuação na escola regular continuará comprometida e o quadro será mantido com educadores desinformados sobre a problemática referente aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante da importância do professor estar capacitado para assumir sua função, em nossa entrevista, as professoras, nos falaram, também sobre cursos de aperfeiçoamento, extensão ou eventos na área de Educação Especial. Dentre elas apenas uma já tinha participado de um Curso de LIBRAS, as outras professoras não haviam participado de nenhum curso nesta natureza como podemos verificar abaixo:

- não temos tempo para nos atualizarmos em nossa formação, quando temos tempo não recebemos o incentivo (financeiro) que precisamos, somos pressionadas por outras prioridades de vida[...](P1)

- [...] o salário é pouco temos que trabalhar em vários escolas , preenchendo todo os nossos horários e, nos finais de semanas, temos que planejar.... não há tempo para fazer esses cursos.. (P2)

-Eu tenho interesse em participar. Particpei do curso de Libras e gostei , o curso me ajudou muito, mas é difícil conciliar com a correria da vida de professor.(P3)

Essa é a realidade que vemos nas escolas, professores angustiados porque apesar de se sentirem “despreparados” para enfrentar os desafios de uma classe inclusiva não tem tempo nem condições de participar de uma formação contínua.

P3 reconhece a necessidade de formação e pede melhores níveis de qualificação profissional. Porém, para que os professores possam se aperfeiçoar em sua formação, eles necessitam ganhar o suficiente para se manter e, ainda, cursar uma pós-graduação, comprar livros, adquirir computador, ter acesso à Internet, enfim, trabalhar menos e com mais qualidade. Sabemos que há muitos professores que trabalham em três ou quatro escolas e dão até sessenta aulas semanais. Dessa forma, é praticamente impossível garantir qualidade na prática docente. Conforme Martins (2006, p.169), os professores

Precisariam contar com cursos de reciclagem ou de especialização e dispor de materiais didático-pedagógicos apropriados para se sentirem seguros em suas tarefas. Apesar de haverem estudado algumas fundamentações e tipos de necessidades educacionais especiais, não sabem o que fazer com esses alunos na classe, pois desconhecem o nível de entendimento que eles têm desse processo escolar.

Apesar das professoras P1, P2 e P3 revelarem dificuldades para participarem de uma formação em serviço, elas mostraram interesse em participar de cursos relacionados à Educação Inclusiva por que assim acreditam que poderiam se situar melhor sobre deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e sobre a atuação pedagógica com alunos que tem essas necessidades especiais.

Em conversas informais as professoras falaram que os professores que tem oportunidade de fazerem uma formação continuada na área de Educação Especial se encontram mais preparados para atuar com crianças que tem deficiência, pois adquirem maiores informações relativas as condições de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, conseqüentemente, conseguem desempenhar uma ação pedagógica, mais “inovadora” e direcionada a atender, significativamente, as reais necessidades desses educandos. Para as educadoras a formação continua permite que os educadores, que trabalham com crianças com deficiência, aprofundem os conhecimentos nessa área, atualizem sua prática e busquem estratégias que facilitem o desenvolvimento do ato pedagógico em sala de aula.

Em nossa entrevista assim se expressaram as professoras,

- Acredito que a formação continuada é uma das formas de ajudar os professores, mas também o profissional precisa querer fazer parte desse mundo inclusivo (P1).
- A formação continua é muito importante para desenvolver um trabalho pautado na proposta inclusiva, né? Mas acho que é importante também ter experiência de sala de aula e querer fazer. Não adianta ter um e não ter o outro.(P2)
- Se eu tivesse fazendo uma especialização aí poderia dizer que teria subsídios para inclusão. (P3)

Podemos perceber que, apesar de citarem a necessidade da formação continuada na realização do trabalho educativo, com crianças que tem alguma deficiência, as professoras (P1 e P2) em suas falas direcionaram-se para o aspecto prático deste processo, dando margem ao entendimento além da formação é necessário que o professor possa garantir um bom desempenho de suas atividades e para tanto ele precisa também de querer fazer e de uma experiência na prática de sala de aula.

Conforme se verifica, acima, apenas P3 deixou explícita em sua fala à necessidade de uma formação continua para que o trabalho seja realmente eficaz.

Concordamos com as falas das professoras quanto a importância da formação inicial e continuada dos educadores, mas, também, acreditamos que, além do aprimoramento da formação profissional do docente, tanto a inicial como a continuada, é necessário criar espaços para diálogo nas escolas, para que, assim os professores possam expor suas dúvidas, seus medos e possa também ter uma momento de troca de experiências com professores habilitados sobre as potencialidades de seus alunos. Como expõe Carvalho (2000) é necessário que se planeje “reuniões sistemáticas para estudos teóricos, estudos de casos e trocas de experiências”. Para os professores este tipo de apoio é de fundamental importância porque muitos deles não tiveram nos seus cursos embasamento suficiente.

4. Considerações finais

Hoje, com o paradigma da inclusão, reconhece-se a necessidade de introduzir modificações, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, para que ao longo da sua carreira profissional o professor tenha uma capacitação e possa ensinar a todos com qualidade.

Sobre essa capacitação para atuar em sala inclusiva, percebemos com nossa pesquisa, que os professores sofrem de uma falta de preparação profissional e psicológica. No âmbito profissional, como os professores disseram, não lembra de ter recebido orientações sobre alunos com deficiência, o que se configura como realidade no sistema brasileiro de ensino para o magistério. E no aspecto psicológico, há o medo diante do novo, do diferente, medo também de não conseguir atingir os seus objetivos.

Constatamos, através de nossa pesquisa, que à formação inicial dos educadores não contemplou conhecimentos básicos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais e que os professores apesar de não terem tempo nem condições para participarem de uma formação continuada clamam por cursos na área de educação inclusiva que fornecem subsídios teóricos e práticos para que estes possam enfrentar os desafios que aparecem nas salas de aula.

Sendo assim, a formação dos professores – inicial e continuada – deve merecer atenção especial, pois, muitas vezes, a rejeição dos professores quanto à idéia de inclusão se dá justamente por não se sentirem preparados para enfrentarem esse desafio. Por isso, os professores precisam ter os conhecimentos sobre como lidar com os alunos com deficiência, assim como com os demais educando que estão sob sua responsabilidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação entre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou Estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar do portador da síndrome de down**: o que pensam os educadores? Integração/ Inclusão escolar. Natal: Editora da UFRN, 2002.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre. Artmed, 2003.